

Arquivos e bibliotecas militares: acervos para o estudo do pensamento militar¹

Military archives and libraries: collections for the study of military thought

Rev. Bras. Est. Def. v. 12, e025014, 2025, p. 1–24
ISSN 2358-3932

DILCEU ROBERTO PIVATTO JUNIOR

INTRODUÇÃO

No ofício dos pesquisadores e pesquisadoras das Humanidades, os arquivos históricos e as bibliotecas representam importantes espaços de pesquisa e de produção de conhecimento. No Brasil, os arquivos históricos militares e as bibliotecas militares são potenciais espaços para a realização de pesquisas. Contudo, ao longo do tempo, percebe-se que estes espaços foram relativamente pouco frequentados pelos acadêmicos civis. Tanto os documentos preservados quanto os acervos disponíveis ao público nestes espaços fornecem uma variedade de fontes, que revelam não apenas o pensamento militar produzido nestas respectivas instituições, mas também possibilitam novas abordagens nos estudos de defesa (Pivatto Jr. 2024). Especialmente após o advento da República, os militares se inseriram nas estruturas burocráticas do Estado de tal forma que se tornaram atores políticos relevantes e de grande influência no cenário nacional. Em meio a isso, conseguiram assegurar determinada autonomia na formulação de seu pensamento político e estratégico ao instituir uma burocracia especializada, sem necessariamente a influência direta do poder governamental e da sociedade de maneira geral (Stepan 1987; Carvalho 2005; Zaverucha 2005; Oliveira 2009; Pivatto Jr. 2024).

Este artigo apresenta ferramentas de pesquisa de maneira que possa fomentar novas abordagens que permitam a ampliação nos estudos de defesa. Pretende-se, assim, promover o avanço destes estudos, a partir da realiza-

Dilceu Roberto Pivatto Junior é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, realiza estágio de pós-doutoramento em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com bolsa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Florianópolis, SC, Brasil. Orcid.org/0000-0002-7834-2890 . E-mail: dilceu.pivatto@hotmail.com.

ção de pesquisas originais a serem trabalhadas pela academia. Ademais, salienta-se que, nas universidades brasileiras, os estudos de defesa são algo relativamente recente. Estes estudos partiram, especialmente, da Ciência Política e das Relações Internacionais e que, basicamente, inauguraram algumas pesquisas realizadas nas últimas décadas e que, nos anos 2000, evidenciarium uma considerável demanda por estudos na área. No Brasil, os estudos de defesa representam um esforço relativamente recente, os quais, apesar dos avanços, encontram-se em processo de institucionalização por parte da academia brasileira. Este processo, de maneira incipiente, surgiu de um contexto de incertezas no Brasil, por conta das transições políticas do regime militar para o democrático, acompanhadas por profundas mudanças conjunturais do sistema internacional — advindas, essencialmente, dos efeitos do pós-Guerra Fria (Marques e Fuccille 2015). Em síntese, por meio deste artigo, procurou-se contribuir e incentivar o atual processo de consolidação da área de Estudos de Defesa no Brasil, bem como pretende-se fortalecer e evidenciar a potencialidade das pesquisas que poderiam ser realizadas e debatidas no âmbito da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

Entende-se que as questões de defesa não devem se limitar apenas aos assuntos de domínio único do Estado militarizado. A partir desta perspectiva, os pesquisadores e pesquisadoras das Humanidades poderiam contribuir ainda mais com os estudos do pensamento militar brasileiro, por meio de pesquisas que analisem os discursos de identidade produzidos no interior das burocracias especializadas das forças armadas, as quais estão alinhadas com as crescentes produções acadêmicas condizentes com a proposta da ABED. Assim, procurou-se identificar os espaços militares de pesquisa e seus respectivos acervos. Por burocracias especializadas entende-se as suas organizações militares e instituições de ensino que contam com capacidade própria de reprodução de determinadas linhas de pensamento. Com efeito, estas linhas de pensamento tendem a ser publicadas com o propósito de conseguir influenciar, direta ou indiretamente, na formulação das agendas ministeriais e nas políticas de Estado. Neste sentido, outro elemento que qualifica a realização dos Estudos de Defesa, por parte dos acadêmicos civis, é que suas respectivas temáticas na área podem ser desenvolvidas de maneira desvinculada da hierarquia militar, afastando-se assim dos aspectos condicionantes que, geralmente, não permitem uma análise mais apurada da realidade.²

O objeto deste artigo consiste em tratar as bibliotecas e arquivos militares como ferramentas para o estudo do pensamento militar. Apresenta-se a ideia de estudo do pensamento militar com o propósito de ampliar e diversificar as pesquisas que poderiam ser realizadas na área das Ciências

Humanas. Deste modo, ao propor a ideia de estudo do pensamento militar, compreende-se que é possível ampliar os domínios do conhecimento: da Ciência Política, das Relações Internacionais, da História, da Sociologia e da Antropologia. Outrossim, entende-se que, nas Humanidades, cada uma das subáreas do conhecimento possibilita abordagens diferentes em seus objetos estudados. A utilização das bibliotecas e dos arquivos militares poderiam, desta forma, potencializar os Estudos de Defesa, na medida em os seus respectivos acervos e fontes preservadas ampliariam as pesquisas da área. De todo modo, destaca-se que o pensamento militar envolve tanto o estudo da instituição militar que formula as concepções estratégicas de defesa do país quanto o estudo das forças armadas como atores que influenciam, direta ou indiretamente, no cenário político brasileiro. Logo, os arquivos históricos e as bibliotecas militares, ao preservarem importantes fontes de pesquisa, tornam-se relevantes espaços de produção de conhecimento.

A metodologia deste artigo é exploratória, e consiste basicamente na apresentação de ferramentas para a análise dos documentos produzidos nos espaços militares institucionais, com maior ênfase para a Marinha do Brasil, acompanhada por entrevistas de autoridades militares inseridas e que atuaram nestes espaços institucionais. Assim, optou-se por utilizar a teoria construtivista, considerando a sua importância conferida ao papel das identidades na constituição dos interesses e das ações dos atores. Em outras palavras, compreende-se que as ideias e as respectivas instituições que as produzem e estimulam os debates tendem a cristalizar concepções que se tornam, gradativamente, linhas de pensamento compartilhadas entre os indivíduos que compõem estas mesmas instituições (Goldstein e Keohane 1993; Finnemore 1996a; Legro 2000). Deste modo, neste artigo, procurou-se reservar maior atenção para as ideias produzidas e reproduzidas nos espaços institucionais da Marinha. Para tanto, o argumento central consiste na ideia de que a análise das reproduções ideacionais nos diferentes espaços institucionais militares potencializa — e de certa maneira pode até mesmo antecipar — a compreensão a respeito das linhas de pensamento militar que conduzem a formulação das políticas e da estratégia de defesa nacional. Com efeito, algumas produções ideacionais tendem a cristalizar-se enquanto linha de pensamento que, quase que inevitavelmente, conduzem os processos de elaboração e revisão das políticas de defesa, ou, então, de adoção de uma determinada estratégia para a defesa nacional. Portanto, este artigo pretende contribuir de maneira original com os estudos brasileiros de defesa ao apresentar alguns dos principais arquivos e bibliotecas militares e seus respectivos acervos para o estudo do pensamento militar, que permitem uma ampliação dos estudos de defesa.

Dito isso, com o propósito de explicar o processo de construção do pensamento naval brasileiro, de modo que se evidencie o papel dos arquivos e das bibliotecas militares neste processo, este artigo foi organizado basicamente em duas partes. Na primeira parte, estabeleceu-se os parâmetros para se estudar o pensamento militar brasileiro para que, depois, se identifique os espaços institucionais de pesquisa e as fontes que poderiam ser encontradas nos arquivos históricos militares, bem como os acervos disponíveis das bibliotecas militares. E, na segunda parte, procurou-se propor um modelo de análise, sugestivo, para se compreender o pensamento militar, de maneira que se identifique os processos de gestação de ideias no interior da Marinha. Destaca-se assim que o pensamento militar brasileiro deve ser analisado a partir da análise das ideias formuladas e reproduzidas nos diversos espaços institucionais militares que, de certa maneira, cristalizam as linhas de pensamento predominantes das forças armadas — as quais circulam desde os espaços de tomada de decisão das autoridades militares até os espaços de ensino e de formação do oficialato nas escolas de altos estudos militares.

Compreende-se que a circulação das ideias influencia diretamente na formulação do pensamento militar. Os fatores ideacionais refletem na construção de interesses e identidades entre os atores envolvidos com as políticas de defesa. Portanto, é importante observar que o campo das ideias não pode ser analisado somente através das burocracias formais, com a gestação de ideias dependendo da criação de redes de conhecimento e mecanismos institucionais, que não se limitam apenas aos espaços decisórios do Estado. Entende-se que a teoria construtivista, enquanto sugestão para o estudo do pensamento militar, fornece os componentes para a análise da construção deste pensamento. Efetivamente, a teoria construtivista evidência o papel das instituições e dos indivíduos inseridos nestas mesmas instituições e que, direta ou indiretamente, conduzem os processos de criação das ideias. De modo geral, esta proposta trata-se de um modelo alternativo de análise que procura identificar a atuação intelectual dos jovens oficiais — e que poderia resultar no aumento dos níveis de interação dos estudos produzidos pelos militares com os pesquisadores acadêmicos civis. É relevante a combinação, e o compartilhamento, das novas ideias produzidas nas instituições militares de pesquisa/ensino com a expertise e experiência das autoridades militares — tornando mais dinâmica a construção do pensamento militar de maneira geral.

Em termos de arquivos históricos e bibliotecas militares, optou-se em apresentar e problematizar, de forma detalhada, os espaços de pesquisa da Marinha do Brasil para que o leitor compreenda a dinâmica de como é construído o pensamento desta instituição em termos políticos e estratégicos.

cos. Do contrário, entende-se que mencionar todos os arquivos históricos e as bibliotecas dos três ramos das Forças Armadas tornaria um tanto que superficial a compreensão das dinâmicas de construção do pensamento militar, e tornaria confuso o papel dos arquivos e das bibliotecas neste processo. Evidentemente que existem espaços de pesquisa congêneres nos demais ramos das forças armadas. No Exército, além do Arquivo Histórico do Exército, existe uma rede de bibliotecas militares, que disponibilizam importantes acervos — composta pela Biblioteca do Exército, Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) e a Biblioteca do Clube Militar.³ E no caso da Força Aérea Brasileira, por exemplo, é possível consultar os documentos preservados no Centro de Documentação da Aeronáutica e os acervos das bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecomar) e da Universidade da Força Aérea (Unifa).⁴ Com isso, e por conta da proposta deste artigo, os espaços de pesquisa da Marinha do Brasil, a serem apresentados, foram os seguintes: Arquivo da Marinha, Biblioteca da Marinha, Biblioteca da Escola de Guerra Naval e a Biblioteca do Clube Naval. Compreende-se que estes espaços de pesquisa da Marinha funcionam de forma semelhante, em termos de documentos preservados e acesso aos seus respectivos acervos, aos arquivos históricos e bibliotecas de cada um dos três ramos das forças armadas.

Destarte, é importante explicar a forma que acontece o processo de construção do pensamento naval brasileiro e a consequente formulação da estratégia da Marinha do Brasil. Antes, conforme Almeida (2019b), destaca-se que “[...] a Estratégia Naval [inserida no pensamento militar] diz respeito ao preparo e emprego do poder naval ou meios de força militar de determinado Estado para a consecução dos objetivos relacionados com a defesa e a segurança de áreas marítimas de seu interesse” (Almeida 2019b, 56). Logo, compreende-se por pensamento naval brasileiro as ideias a respeito de quais deveriam ser as prioridades a serem adotadas pela Marinha, envolvendo a prescrição do seu formato, os sistemas de armas empregados, as hipóteses de emprego destas armas e o estudo da guerra (Pivatto Jr. 2024). Fato é que as ideias tendem a contribuir com a formulação da estratégia naval. E, portanto, afirma-se que, a partir da compreensão do funcionamento destes espaços burocráticos de produção de pensamento, será possível evidenciar o papel conjugado dos arquivos históricos e das bibliotecas militares neste processo, especialmente, no sentido de que estes espaços institucionais de pesquisa contribuem sobremaneira para que as ideias produzidas circulem dentro e fora dos ambientes de tomada de decisão das forças armadas.

Portanto, deste processo, na medida em que as linhas de pensamento predominantes passam os diferentes espaços burocráticos e de menor

controle hierárquico, se estabelecem os debates produzidos na imprensa militar, principalmente por meio de suas revistas especializadas. É importante salientar que as fontes disponibilizadas nos arquivos históricos e bibliotecas militares foram, antes mesmo de suas respectivas publicações, produzidas em diferentes espaços que compõem a própria burocracia militar, seja de maior ou de menor controle hierárquico. Ademais, ao ser debatido entre os militares, o conteúdo destas fontes proporciona a criação de novas concepções políticas e estratégicas do ponto de vista das forças armadas. Dito de outra forma, na esfera burocrática militar de tomada de decisão, as ideias produzidas nestes diferentes espaços, geralmente tendem a balizar a formulação das políticas de defesa. E, ainda, particularmente no caso das linhas de pensamento, estas linhas tendem a ser acompanhadas por uma série de fatores políticos e culturais de contextos históricos específicos. Por fim, entende-se que os arquivos históricos e as bibliotecas militares no Brasil, na medida em que servem de espaços de pesquisa, e desta forma disponibilizam relevantes acervos e proporcionam uma leitura aprofundada sobre os complexos processos referentes à construção do pensamento militar.

PARÂMETROS PARA O ESTUDO DO PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO: AUTONOMIA BUROCRÁTICA E A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS DENTRO DA MARINHA DO BRASIL

Para compreender a construção do pensamento militar, é necessário antes destacar a autonomia burocrática das forças armadas em formular as políticas de defesa do país e em intervir na política nacional. Essa autonomia foi algo conquistado ao longo da República, fazendo com que as Forças Armadas se tornassem um ator político no cenário nacional. Na medida em que aumentaram seu protagonismo político — através de intervenções e ocupação de cargos administrativos do Estado — os militares se tornaram cada vez mais autônomos no seu modo de pensar e agir. Inclusive, isso possibilitou ao aparelho militar a capacidade de antecipação na definição de seus interesses e suas linhas tendenciais de envolvimento político, como também a delimitação de sua funcionalidade no quadro político do Estado (Stepan 1987; Oliveira 1994; Castro e D'Araujo 2001). A instituição militar exerceu, de tempos em tempos, a função de interventor no cenário político, especialmente nos momentos de crise política nacional e de possíveis instabilidades nas instituições do Estado. Observa-se, neste caso, que os militares constituem uma categoria com um dos mais elevados graus de profissionalização no interior do serviço público, de carreira bem or-

ganizada e estruturada, com rígidos critérios de seleção (Zaverucha 2000; Carvalho 2005; Winand 2016).

Na medida em que a Marinha formula determinada concepção político-estratégica, a análise das suas ideias é fundamental, tendo em vista que estas ideias exercem influência na agenda daquela instituição envolvendo, sobretudo, a configuração do poder naval brasileiro. Fato é que a análise das ideias produzidas possibilita um melhor esclarecimento a respeito das prioridades e entendimentos adotados nas relações entre os indivíduos de maneira geral (Goldstein e Keohane 1993; Finnemore e Sikkink 2001). Neste sentido, Alexander Wendt (1987) enfatiza a importância de se compreender o comportamento coletivo dos indivíduos, comportamentos estes baseados em interesses e visões compartilhadas por um mesmo grupo — realidade que se aplica aos espaços militares de produção ideacional, considerando o fato de que a formulação das políticas de defesa pode ser considerada um efeito causal das ideias debatidas nos espaços institucionais das forças armadas.

O pensamento militar não se trata de um esforço conjunto de formulações estratégicas elaboradas de forma homogênea, especialmente nos espaços decisórios. Existem, sim, visões que se tornam predominantes de acordo com as decisões individuais na figura das autoridades militares, a exemplo do Ministro da Marinha, ou então, do Comandante da Marinha após a criação do Ministério da Defesa. Na Marinha, dependendo das circunstâncias, os assuntos de maior relevância podem ser debatidos pelo Conselho do Almirantado, com o propósito de se criar determinado consenso a respeito daquelas que deveriam ser as prioridades da Marinha. Assim, as políticas de defesa tornam-se um importante ramo da política estatal ao inserirem as diretrizes voltadas para a aquisição e/ou desenvolvimento de seus instrumentos de poder, com o objetivo de proporcionar maior margem de atuação do país no plano internacional (Pivatto Jr. 2024). No caso brasileiro, internamente, percebe-se a existência de burocracias bem estruturadas e que agem conforme as suas próprias aspirações e orientações institucionais, com os militares formando assim uma elite burocrática dominante e que, de modo geral, procura atuar conforme seus interesses institucionais (Oliveira 1994; Castro e D’Araujo 2001; Winand 2016).

Na Marinha, a circulação de novas ideias influenciou tanto as lideranças e autoridades militares quanto agiu no sentido de gerar novas percepções por parte dos jovens oficiais formados nas instituições militares de ensino, principalmente, nas escolas de altos estudos militares, a exemplo da Escola de Guerra Naval (Pivatto Jr. 2024). Deste modo, estabeleceu-se um intercâmbio de ideias do Estado-Maior da Armada com a Escola de Guerra Naval. Em linhas gerais, o Estado-Maior da Armada (EMA)

é a organização militar de Direção-Geral que formula o pensamento naval brasileiro através da realização de estudos estratégicos. E, portanto, trata-se de um espaço burocrático que rotineiramente atualiza uma grande quantidade de documentos, entre estes o próprio Plano Estratégico da Marinha. Neste sentido, o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, afirma que “A própria visão do Comandante da Marinha, ou do Ministério da Defesa ou do Governo, podem criar situações onde o Estado-Maior da Armada é chamado a fazer análises estratégicas”.⁵ Após a realização destes estudos, antes de sua publicação, a documentação é organizada e enviada ao Comandante da Marinha. Dependendo da agenda, antes de sua aprovação, o Comandante avalia se há a necessidade de os assuntos serem submetidos ao Almirantado, para assim aprovar, ou não, a proposta em debate. Neste caso, é necessário fazer uma breve distinção das atribuições entre estes dois órgãos de assessoramento da Marinha, o EMA e o Almirantado, que compõem a sua estrutura organizacional. O Estado-Maior da Armada é um Órgão de Direção-Geral que tem o propósito de assessorar o Comandante da Marinha na direção do Comando da Marinha e no desempenho de suas atribuições no Conselho Militar de Defesa e no Conselho de Defesa Nacional — antes da criação do Ministério da Defesa, o EMA assessorava diretamente o Ministro da Marinha. Por sua vez, o Almirantado é um Órgão de Assessoramento Superior e que serve de Conselho, composto por Almirantes-de-Esquadra que se reúnem periodicamente, realizam palestras e geralmente são consultados pela autoridade maior da Marinha, atualmente o Comandante da Marinha, em determinadas circunstâncias.⁶

De forma pontual, o ex-Ministro da Marinha (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores, enfatizou que os problemas reais da Marinha normalmente são estudados pela Subchefia de Estratégia — que, na sua visão, é a mais importante das subchefias do EMA. Antes dos estudos estratégicos serem encaminhados para a autoridade maior da Marinha — o Ministro ou o Comandante da Marinha dependendo do período —, os mesmos são encaminhados ao Chefe do Estado-Maior da Armada, que então avalia a relevância destes estudos estratégicos a ponto de inseri-los na estratégia naval brasileira.⁷ Na realização destes estudos, a aproximação do Estado-Maior da Armada com a Escola de Guerra Naval é vista como algo normal, e até mesmo complementar, principalmente nas ocasiões em que o EMA considere importante a abordagem de um determinado tema, transmitindo para a EGN a realização de estudos específicos. E, ocasionalmente, a própria EGN encontra temas que considera conveniente para o EMA ter conhecimento, havendo assim um intercâmbio de ideias entre o Estado-Maior da Armada com a Escola de Guerra Naval.⁸

Por conta disso, é importante enfatizar que a Escola de Guerra Naval é subordinada ao Estado-Maior da Armada. Há uma preocupação, por parte das autoridades da Marinha, em estabelecer certa aproximação dos debates produzidos nos cursos da EGN com os estudos estratégicos organizados pelo EMA — em algumas ocasiões, o EMA participa dos trabalhos e estudos realizados na EGN. Inclusive, geralmente no final de cada ano, o EMA, junto ao Almirantado, estabelece os temas a serem estudados nos cursos da Escola de Guerra Naval. E, com a criação do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM)⁹ em 1984, os alunos ingressantes passaram a ser divididos em equipes para pesquisar os temas definidos pelo EMA, com o consentimento do Almirantado e aprovação da autoridade maior da Marinha — na figura do Ministro da Marinha ou do Comandante da Marinha após a criação do Ministério da Defesa. De modo geral, trata-se de estudos que, posteriormente, poderiam ser inseridos nas avaliações conjunturais realizadas pelo Estado-Maior da Armada. E, desta forma, conforme o almirante Moura Neto, o EMA mantém um relacionamento muito íntimo com a EGN, afirmando que é preciso que seja assim para que não saiam de dentro da EGN estudos estratégicos que contrariem a linha de pensamento da Marinha.¹⁰

Em entrevista, o almirante Moura Neto lembrou que, na maioria das vezes, as decisões estratégicas são formuladas por iniciativa do Estado-Maior da Armada e, em outras vezes, por parte de órgãos de dentro da Marinha. É comum que o próprio Comandante da Marinha opte por alguma atitude — ou agenda — tendo como referência os estudos acadêmicos realizados na EGN. Nas palavras do almirante Moura Neto,

[...] o Estado-Maior da Armada é o mais elevado órgão de estudos da Marinha, acima dele há somente a decisão do Comandante da Marinha que, normalmente, não conduz os estudos, ele aprova ou não aqueles que são feitos no EMA.¹¹

Assim, há situações em que o Comandante da Marinha concorda com o estudo de determinado tema por parte do Estado-Maior da Armada, desde que dentro dos seus critérios individuais e prioridades estabelecidas. Com isso, entende-se que os documentos militares e de defesa nacional, além de sua importância estratégica, representam a cristalização de um profundo debate de ideias anteriores à sua publicação. A elaboração dos documentos de defesa trata-se de um processo de relativa complexidade que não se limita apenas à decisão unânime de uma autoridade militar ou figura política da esfera governamental. Ademais, a partir deste processo de elaboração dos documentos, é possível delimitar e aprofundar uma nova área de estudo aos pesquisadores das Humanidades que pretendem compreender o

papel dos espaços militares, institucionais e não institucionais, que contribuem para a elaboração de determinada política e estratégia militar — e que, ao serem elaboradas e publicadas, tornam-se objeto de estudo. Para tal, torna-se necessário identificar os espaços institucionais — arquivos históricos e bibliotecas militares — que preservam e disponibilizam seus acervos para que as pesquisas sobre o pensamento militar e os estudos de defesa possam ser realizados.

ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA E SEUS ACERVOS: OS DOCUMENTOS PRESERVADOS NOS ARQUIVOS HISTÓRICOS MILITARES E OS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS MILITARES

Tratando-se da utilização dos acervos das bibliotecas militares e dos documentos oficiais preservados no Arquivo da Marinha, entende-se que este tipo de pesquisa delimita o emprego de uma metodologia de pesquisa de análise documental. Existe uma variedade de documentos produzidos pelos mais diversos espaços de construção do pensamento militar. Entre estes documentos, pode-se destacar os documentos produzidos tanto pelo EMA quanto pelo Ministério da Marinha, antes da criação do Ministério da Defesa em 1999. No entanto, é fundamental enfatizar que existem outras fontes de pesquisa reservadas em outros espaços institucionais de pesquisa. Na Marinha, as bibliotecas poderiam ocupar uma posição de destaque nos Estudos de Defesa. Neste sentido, as bibliotecas vinculadas à Marinha e que disponibilizam seus acervos são: a Biblioteca da Marinha e a Biblioteca da Escola de Guerra Naval e, com algumas restrições, a Biblioteca do Clube Naval. No caso da Biblioteca do Clube Naval, localizada nas dependências da sede social do Clube Naval, no Rio de Janeiro, exige-se a autorização prévia de um militar membro-sócio do clube, considerando que seu acervo não se trata de um acervo aberto ao público.

Entre estas bibliotecas militares apresentadas, a de maior destaque é a Biblioteca da EGN, que contém um amplo acervo e de acesso público. Nesta biblioteca, localizada na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro, existe uma variedade de fontes que podem ser utilizadas para a análise do pensamento militar, bem como para pesquisar o processo de elaboração de determinadas concepções estratégicas militares no decorrer dos últimos dois séculos. Para se ter uma dimensão de seu acervo, a Biblioteca da Escola de Guerra Naval disponibiliza: as monografias/dissertações/teses dos alunos-oficiais matriculados nos cursos de altos estudos militares da EGN; as palestras e conferências transcritas, de autoridades militares, que foram realizadas na mesma instituição; periódicos militares profissionais de maior circulação; e um considerável acervo de livros escritos/publica-

dos pelos pensadores e estrategistas militares brasileiros, principalmente, de autores que construíram suas carreiras militares inseridos na realidade da Marinha do Brasil.

Em relação aos periódicos, quatro destes são de grande circulação dentro das Forças Armadas. As revistas que publicaram o “debate” existente no interior destas organizações militares e que se encontram nas bibliotecas da Marinha são: a *Revista Marítima Brasileira*; a *Revista do Clube Naval*; a *Revista da Escola de Guerra Naval*; e a *Revista A Defesa Nacional*, do Exército. E, entre os documentos oficiais, pode-se encontrar no Arquivo da Marinha: relatórios anuais produzidos pelo Ministério da Marinha até o ano de 1999; relatórios produzidos pelo Estado-Maior da Armada; programas e projetos navais de construção e/ou de modernização dos meios navais da Marinha; doutrinas militares específicas e/ou geral; e os contratos de construção e de compras de armamento no exterior. Existe uma variedade de documentos no Arquivo da Marinha que revelam tanto o pensamento militar quanto a própria História militar brasileira sob o olhar da Marinha. Em termos de espaços de pesquisa, a pesquisa dos periódicos e documentos oficiais mencionados é realizada em instituições localizadas no Rio de Janeiro, com as fontes citadas disponíveis para consulta. Mais precisamente, os seguintes espaços de pesquisa podem ser frequentados: a Biblioteca e o Arquivo Histórico da Marinha; a Biblioteca do Clube Naval, com a autorização prévia de um membro-sócio; e a Biblioteca da Escola de Guerra Naval (EGN), com agendamento, uma vez que a biblioteca se encontra nas instalações da Escola de Guerra Naval e, portanto, trata-se de uma área militar.

Os periódicos militares, bem como as pesquisas publicadas, por meio das monografias dos alunos-oficiais da EGN, são importantes fontes de pesquisa, que possibilitam identificar as ideias produzidas entre os militares brasileiros para além das formalidades publicadas nos documentos oficiais. Sugere-se, por exemplo, que, após acessar estas produções, os textos encontrados devem ser classificados e organizados de forma que consigam cobrir os diferentes aspectos do pensamento militar. É interessante realizar um levantamento dos autores dos textos publicados, para identificar os níveis de interação destes autores em suas respectivas áreas de atuação dentro da Marinha. Por sua vez, os documentos declaratórios, preservados no Arquivo da Marinha, podem revelar os projetos da Marinha e sua importância estratégica para a defesa do país. Logo, as revistas especializadas servem de parâmetro para analisar os debates sobre estratégia naval, fora dos ambientes formais da Marinha, de maneira que se identifique as ideias dos autores militares, não necessariamente, inseridos nos espaços burocráticos com poder de decisão.

Em entrevista, o ex-Ministro da Marinha (1995-1998), Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira, observou que a subordinação da EGN ao EMA é delimitada por um constante monitoramento do Estado-Maior da Armada. Assim, os estudos realizados na EGN tendem a ser estudos desenvolvidos a pedido do EMA e, portanto, as monografias dos cursos de altos estudos militares daquela instituição tendem a revelar o pensamento da Marinha. Ademais, o almirante Mauro Cesar salientou que este acompanhamento acontece, com maior ou menor intensidade, dependendo do contexto, e que é recorrente a procura por uma interação direta do EMA com o pessoal que está cursando na Escola de Guerra Naval. Com isso, o almirante Mauro Cesar afirmou que a EGN, enquanto instituição de ensino, necessita ter seus estudos atualizados, enfatizando o fato de que a EGN “[...] não pode ser desvirtuada no sentido apenas de escola preocupada com a formação dos alunos”. Afirmando que há a necessidade de mostrar aos alunos que eles fazem parte da formulação do pensamento estratégico da Marinha, e, neste caso, cita a estruturação e posterior reestruturação do curso C-PEM com esta finalidade.¹²

Dentre os cursos de altos estudos militares da EGN, o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval surgiu com as reformas curriculares da instituição no final dos anos de 1970 e anos de 1980. Anteriormente, nos anos de 1960, os Capitães-de-Mar-e-Guerra frequentavam o Curso Superior de Guerra Naval (C-SGN). Assim como o C-PEM permite, o C-SGN permitia que os oficiais se candidatassem ao posto de Almirante. Embora existam outros cursos oferecidos pela Escola de Guerra Naval com outras finalidades, o C-PEM — anteriormnte C-SGN — é o curso com maior impacto na construção do pensamento da Marinha. Por se tratar de um curso de elevado nível, as suas monografias produzidas resultam em pesquisas de interesse do Estado-Maior da Armada. E é comum que, após concluído o curso, os alunos de destaque sejam realocados para os diferentes espaços dentro do EMA — divisões e subchefias.¹³ Trata-se de uma dinâmica institucional que reforça o intercâmbio de ideias da Escola de Guerra Naval com o Estado-Maior da Armada — lembrando que os assuntos a serem pesquisados pelos alunos do C-PEM são previamente selecionados pelo EMA junto com o Almirantado.

De modo geral, e considerando os espaços de pesquisa mencionados, entende-se que a análise das ideias contribui para a compreensão dos processos decisórios militares, devido ao fato de estas ideias exercerem influência nas agendas políticas e institucionais. Isso porque, a partir do estabelecimento de objetivos comuns, as ideias propagadas buscam legitimar os interesses daqueles que as produzem. Portanto, afirma-se que a análise destas ideias possibilita um melhor esclarecimento a respeito dos princí-

pios e concepções adotadas — de forma padronizada — nas relações entre os indivíduos — neste caso, entre os militares. Também é possível compreender os parâmetros comportamentais dos militares dentro do coletivo ao qual pertencem. Fato é que as ideias direcionam a ação humana de forma subjetiva, e o impacto das convicções compartilhadas — por um grupo de pessoas — tende a potencializar a ação dos envolvidos. No campo das relações de poder, este processo gera impactos nos objetivos políticos a serem alcançados, influenciando assim nas estratégias a serem incorporadas pelas instituições militares. Em síntese, compreende-se que as ideias definem o universo das possibilidades de ação, e neste sentido as ideias tendem a agir sobre os modos de se pensar e de se construir concepções políticas e estratégicas (Goldstein e Keohane 1993; Legro 2000; Wendt 2000).

A institucionalização das ideias depende de mecanismos de propagação que proporcionem impacto nos setores burocráticos e espaços decisórios — seja, por exemplo, na criação de determinada agenda política, ou na formulação de uma nova doutrina. Neste sentido, as ideias de maior relevância tendem a ser promovidas, ampliando a capacidade de influência daqueles que promovem as linhas de pensamento predominante. Entende-se que a definição dos objetivos é que delimita os critérios — e as bases — para o direcionamento das ideias, com as estratégias sendo adotadas conforme as finalidades pré-estabelecidas no plano ideacional (Goldstein e Keohane 1993; Finnemore 1996a). Na Marinha, a instituição proporcionou, ao longo da História, a existência de uma elite militar capaz de compartilhar uma identidade, com características e interesses próprios. Identidade que, apesar de não representar um grupo com pensamento homogêneo, aproximou diferentes propostas estratégicas através da institucionalização das mesmas (Pivatto Jr. 2024). Portanto, é comum que algumas das ideias identificadas nos debates existentes nos periódicos militares sejam, frequentemente, incorporadas ao processo de formulação do pensamento militar. Acontece que, ao longo dos anos, as ideias, em geral, tendem a ser reavaliadas e posteriormente aplicadas, conforme as novas concepções político-estratégicas — isso acontece com os conceitos militares em uso e com as doutrinas empregadas, que constantemente passam por reorientações de cunho estratégico-operacional.

PROPOSTA DE MODELO DE ANÁLISE: OS ESPAÇOS NÃO BUROCRÁTICOS E DE MENOR CONTROLE HIERÁRQUICO NA CRIAÇÃO DE NOVAS CONCEPÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS

Após a identificação dos espaços de pesquisa e respectivos acervos, destaca-se que a produção de conhecimento, envolvendo o pensamento militar,

demanda novas ferramentas de análise. Sugere-se, portanto, um modelo de análise que consiga proporcionar maior sentido para o conteúdo destas fontes, vistas enquanto o resultado das ideias que circularam em um determinado setor das forças armadas. Observa-se que a existência de uma rede de compartilhamento de conhecimento — formada por um conjunto de instituições — e a consequente produção de novas ideias tendem a proporcionar mudanças de pensamento nas esferas da política, da estratégia e da doutrina militar. Isso desde que as ideias gestadas possam ser difundidas e, posteriormente, absorvidas pelos espaços burocráticos das forças armadas. Neste sentido, de maneira sugestiva, aponta-se para a importância de dois mecanismos institucionais: as incubadoras e as redes de *advocacy*. Neste modelo de análise, as incubadoras são subunidades estabelecidas fora da hierarquia militar, que fornecem um espaço seguro para que os oficiais consigam atuar em outros ambientes não vinculados — ao menos diretamente — à burocracia militar. Por seu lado, as redes de *advocacy* servem de caminhos por onde as novas ideias circulam, de forma mais ampla, dentro dos espaços militares. Assim, certa conexão se estabelece entre os diferentes setores burocráticos militares, através da disseminação das novas ideias produzidas, principalmente, entre os oficiais e as autoridades militares (Jensen 2016, 142). Em síntese, considera-se que a análise das produções ideacionais destes mecanismos institucionais permite compreender as mudanças de pensamento dentro das organizações militares e a maneira como acontece a elaboração das agendas de defesa.

Benjamin M. Jensen (2016) utilizou as incubadoras e a constituição dos grupos de influência — as redes de *advocacy* — para analisar os aspectos doutrinários do Exército dos Estados Unidos. Neste caso, o autor não pretendia universalizar estes mecanismos institucionais como se estivesse apresentando uma teoria. Contudo, percebeu-se a influência destes espaços ideacionais separados das burocracias formais quando se trata das mudanças de doutrina e de pensamento militar em outras forças armadas. Tanto que o modelo de análise de Jensen pode ser utilizado na análise do pensamento militar brasileiro, dada a existência destes mecanismos institucionais nas forças armadas brasileiras. Na Marinha, percebe-se que as produções ideacionais acontecem em diferentes espaços, incentivados por parte de oficiais que se comprometem com a difusão e o compartilhamento de ideias. Deste modo, as palestras proferidas nas instituições de ensino, a exemplo da EGN, atendem este propósito. A própria publicação de artigos nas revistas militares e a publicação de livros possibilitam o aprofundamento dos debates em relação aos planos estratégicos e programas militares das forças armadas.

Afirma-se que, quanto maior for a quantidade de redes de *advocacy* conectadas, maior será a possibilidade de as ideias apresentadas serem inseri-

das no processo de construção do pensamento militar e, conseqüentemente, na formulação das políticas de defesa. Outrossim, os periódicos militares promovem a circulação destas ideias, na medida em que se tornam uma arena para a socialização de um pensamento compartilhado. Esta circulação de ideias também acontece através da realização de conferências, e aqui identifica-se uma conexão entre os diferentes atores da burocracia — no nível do oficialato subalterno chegando até aos oficiais-superiores — com os oficiais-generais (tornando-se, inclusive, uma forma de fazer com que as autoridades militares aumentem os incentivos sobre a produção de conhecimento voltado para a profissionalização das forças armadas). Isso com o direcionamento de recursos para a realização de estudos nas *incubadoras*, por meio dos Jogos de Guerra, das simulações de conjuntura internacional, ou então da própria formação de grupos de estudos sobre a guerra (Jensen 2016, 145–50).

No ambiente militar, a formulação das políticas de defesa revela os efeitos causais das ideias que, iniciadas em um estágio abstrato e subjetivo, refletem na criação de normas práticas. Existe uma conexão causal das ideias com as escolhas políticas e estratégicas, havendo neste processo a possibilidade destas ideias revelarem as propostas dos envolvidos (destaque para os *advocates*, que são aqueles que difundem suas reproduções ideacionais, aproximando suas propostas com o campo da análise política). Acontece que os militares precisam se apoiar em alternativas político-estratégicas para então cimentar suas preferências e objetivos de atuação. Trata-se de algo que facilita, inclusive, a coesão entre diferentes grupos, considerando que as escolhas de determinada política tendem a criar e/ou reforçar as estruturas organizacionais existentes. Neste sentido, a apresentação de alternativas baseadas em ideias, sobretudo nos cenários de incerteza, contribui potencialmente para o direcionamento das ações para determinadas propostas. Em outras palavras, as ideias atendem propósitos e conduzem os comportamentos sob condições de incertezas, e assim conseguem capturar a atenção de uma ampla variedade de atores. Além disso, as ideias servem para qualificar aspectos específicos, principalmente em situações em que há necessidade de solução de problemas (Wendt 1987; Goldstein e Keohane 1993; Legro 2000).

As mudanças organizacionais militares e suas implicações nas políticas de defesa são delimitadas por complexos processos, não compreendidos se analisados somente através das burocracias formais. A gestação de ideias depende da criação de redes de conhecimento e mecanismos institucionais que não se limitem aos espaços decisórios do Estado. Entre os militares, estes espaços de produções ideacionais protagonizam parte dos processos de formulação das estratégias que, então, quase que conseqüentemente,

definem as políticas de defesa. Dito isso, entende-se que os espaços informais de construção de pensamento funcionam como incubadoras afastadas das dependências hierárquicas militares — e que, desta forma, funcionam enquanto mecanismos institucionais que incentivam os processos de reformulação das estratégias militares, impactando diretamente na forma de se pensar e fazer a guerra. Associadas a essas incubadoras, as redes de *advocacy* possibilitam a circulação das novas ideias formuladas, fazendo com que estas ideias possam ser pulverizadas nos demais ambientes da instituição militar, influenciando assim na geração de novas percepções e mudanças no interior destas instituições — inicialmente nas instituições de formação do oficialato e, posteriormente, na criação de novas agendas político-estratégicas. Em geral, reimaginar a forma de se fazer a guerra em um determinado contexto político internacional, utilizando-se daquela mesma realidade, possibilita a criação de novos conceitos a partir de novos problemas identificados — ou limitações encontradas — nas forças armadas (Jensen 2016, 142ss).

As redes de *advocacy* são responsáveis por disseminar, gradativamente, as novas ideias entre as lideranças e autoridades militares. Trata-se de um mecanismo que aproxima diferentes grupos, criando uma espécie de canal para a troca de informações. Portanto, a disseminação das ideias promove os processos de legitimação que, inevitavelmente, tendem a servir de justificativa para as mudanças no interior da instituição militar. Assim, os periódicos cumprem o papel de ampliar a circulação das ideias entre as autoridades militares, dentro e fora das burocracias. A circulação dos periódicos reforça o debate sobre as demandas militares, servindo de importante espaço para a socialização das linhas de pensamento complementares e divergentes. Utilizando-se dos debates difundidos, entende-se que é possível identificar os processos de distensão das ideias em oposição, por vezes existentes dentro das forças armadas. É algo que aprofunda sobremaneira a análise sobre as representações ideacionais resultantes dos debates a respeito das mudanças de percepção política e estratégica das forças armadas. Efetivamente, estas redes poderiam conectar, ainda que de maneira incipiente no caso brasileiro, não apenas os militares, mas também outros setores da sociedade interessados em participar dos debates envolvendo os assuntos militares e as políticas de defesa. Entre estes setores, destaca-se a participação das universidades e organizações sem fins lucrativos.

Por fim, a dinâmica dos acontecimentos nos cenários político e estratégico tendem a influenciar e provocam, conseqüentemente, mudanças de pensamento entre os militares. Por conta disso, os assuntos — não confidenciais — das forças armadas podem ser debatidos abertamente entre os jovens oficiais, em palestras e encontros acadêmicos, o que incentiva,

ainda mais, as produções ideacionais, por meio da publicação de livros e de artigos em periódicos. Afastada das relações hierárquicas, a apresentação de novas ideias pode ser rejeitada, considerando a existência de diferentes opiniões. Contudo, os debates contribuem para as mudanças e/ou adaptações nas esferas da política e da estratégia, bem como no emprego de novas doutrinas — mudanças estas que, de maneira geral, podem sofrer algum tipo de resistência, especialmente por parte da oficialidade mais antiga. Existe, evidentemente, a sobreposição de diferentes linhas de pensamento, que promovem o estabelecimento de diferentes prioridades, dentro de um mesmo ramo das forças armadas. Assim, a adoção de uma determinada concepção estratégica — associada ao emprego de diferentes meios/armamentos — tende a depender da convicção pessoal da autoridade militar em exercício, do Ministro da Defesa e/ou do Comandante de um dos três ramos das forças armadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, evidenciou-se que o estudo do pensamento militar possibilita uma avaliação aprofundada a respeito do que se produz em termos de posicionamento político e concepções estratégicas nas forças armadas. No caso brasileiro, percebe-se que existe ainda uma larga margem de autonomia dos militares em formular a sua estratégia, autonomia esta que foi mantida após o fim do regime militar e início do processo de democratização. Os arquivos históricos e as bibliotecas militares, com seus respectivos acervos, diversificam e ampliam as pesquisas e a produção de conhecimento nas Humanidades, bem como contribuem significativamente com os Estudos de Defesa. Ademais, observa-se que o pensamento militar brasileiro não representa necessariamente a delimitação de linhas de pensamento homogêneas e contínuas ao longo da História do Brasil. Por conta disso, ao selecionar um determinado recorte a ser analisado, o pesquisador poderá identificar consideráveis mudanças de percepção no interior das Forças Armadas, visto que o pensamento político e estratégico dos militares tende a ser reformulado com o passar dos anos. Nestas reformulações, a serem analisadas pelos pesquisadores e pesquisadoras, deve-se também considerar o surgimento de novas avaliações por parte dos militares e que, geralmente, tendem a apontar para uma reconfiguração das capacidades militares do país. Em linhas gerais, estas reconfigurações procuram, por vezes, acompanhar as mudanças e ameaças identificadas pelos próprios militares, inseridos, evidentemente, em um determinado contexto histórico.

A construção do pensamento militar se trata de um complexo processo, que envolve uma série de espaços institucionais das forças armadas em

diferentes níveis. Estes diferentes níveis institucionais mantêm certa interação com os ambientes não formais e de menor controle hierárquico. Nestes espaços, as produções ideacionais acontecem não necessariamente vinculadas e/ou subordinadas à hierarquia militar. Lembrando que o controle hierárquico tende a influenciar naquilo que se produz, em termos de pensamento militar, no interior das burocracias militares especializadas. Assim, a compreensão do pensamento militar não se limita apenas aos documentos oficiais que informam tal pensamento e que procuram orientar a estratégia das forças armadas. As ideias produzidas nos diversos espaços que constatarem os debates sobre a atuação dos militares tornam-se fundamentais, de modo que aprofundam e, conseqüentemente, dinamizam este processo de construção do pensamento. Além disso, destaca-se que, nas forças armadas, as mudanças, em termos de linhas de pensamento predominantes, tendem a ser lentas, especialmente, por serem instituições estruturadas em diferentes e complexos espaços que, de forma simultânea, procuram atender a diversas demandas estratégicas de defesa. Esta realidade sugere que, para se compreender as profundas mudanças de pensamento no interior das forças armadas, é preciso estabelecer períodos históricos de maior duração, de modo que se identifique as inflexões de pensamento político e estratégico dos militares.

Fato é que as produções ideacionais promovem a circulação de ideias e intensificam os debates a respeito de um determinado assunto e/ou agenda a ser, ou não, implementada. Nas forças armadas, percebe-se certo dinamismo na circulação das ideias, em diferentes ambientes e de várias formas, através das instituições de ensino e de formação do oficialato — e que, assim, possibilitam uma ampliação das percepções em relação a uma determinada abordagem pertinente ao processo de configuração de suas capacidades militares. Na Marinha, em termos de formulação de sua estratégia naval, entende-se que o EMA é quem conduz este processo ao realizar os estudos e produzir os documentos que servem de orientação para a atuação da Marinha. Contudo, para atender este propósito, antes estes estudos e documentos produzidos dependem diretamente da aprovação, ou não, de seus conteúdos, por parte das autoridades militares na figura dos Ministros e/ou Comandantes da Marinha.

Formalmente, as decisões partem das autoridades da Marinha; entretanto, observou-se que as delimitações daquelas que seriam as demandas da Marinha brasileira compõem um processo mais amplo, iniciado subjetivamente na formação dos oficiais-superiores e que se estende, posteriormente, para os oficiais-generais inseridos nas estruturas burocráticas. Estes oficiais-generais trazem consigo referenciais de suas experiências absorvidas nos ambientes em que atuaram no decorrer de suas carreiras e, assim,

a partir destas experiências, baseiam suas prioridades para a Marinha. Por esta razão, a EGN desempenha papel central na construção do pensamento militar na medida em que promove o processo formativo dos oficiais-superiores, bem como proporciona um espaço para que as ideias possam repercutir de maneira mais ampla. Por exemplo, as palestras proferidas por autoridades militares na EGN expressam o pensamento militar predominante de um respectivo período/contexto. Ademais, a publicação das monografias e dos estudos realizados pelos alunos-oficiais matriculados que frequentam os cursos oferecidos naquela instituição, compreendem este processo de construção do pensamento militar. A EGN, mesmo que subordinada ao EMA, e ao atender os estudos sugeridos pelo Conselho do Almirantado e/ou delimitados pelo Ministro/Comandante da Marinha, estimula o surgimento de novas linhas de pensamento.

O estudo do pensamento militar permite que os pesquisadores e pesquisadoras das Humanidades empreguem pressupostos de diferentes abordagens teóricas, a exemplo do construtivismo. Neste caso, as concepções político-estratégicas e da doutrina militar, reveladas nos documentos militares, devem ser analisadas enquanto produtos de um determinado conjunto de ideias, o qual delimita, por exemplo, o uso da força para se alcançar certa finalidade, geralmente de ordem política. Compreende-se que a escolha, por parte do pesquisador/pesquisadora, de uma teoria e metodologia poderá apresentar apenas uma leitura, dentre outras, para se analisar os documentos preservados nos arquivos históricos militares e os acervos disponíveis nas bibliotecas militares. Em outras palavras, o instrumental analítico utilizado pelos pesquisadores/pesquisadoras, em suas respectivas áreas, possibilita um olhar específico sobre as fontes disponíveis nestes espaços militares de pesquisa. Portanto, cabe aos pesquisadores e pesquisadoras identificar e estabelecer os critérios para analisar as fontes produzidas no interior das forças armadas e que, atualmente, se encontram disponíveis tanto nos arquivos históricos quanto nas bibliotecas militares. Estas fontes poderiam, potencialmente, revelar episódios inéditos do pensamento militar identificados no interior das forças armadas do Brasil.

REFERÊNCIAS

Almeida, Francisco Eduardo Alves de. 2019a. Entrevista realizada com o ex-Chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003), Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 jun.

Almeida, Francisco Eduardo Alves de e William de Souza Moreira (Eds.). 2019b. *Estudos Marítimos: visões e abordagens*. São Paulo: Humanitas.

- Carvalho, José Murilo de. 2005. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castro, Celso e Maria Celina d'Araujo (Eds.). 2001. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV.
- Castro, Celso et al. 2004. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV.
- D'Araujo, Maria Celina. 2010. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: FGV.
- Finnemore, Martha. 1996a. *National interests in international society*. Ithaca: Cornell University Press.
- Finnemore, Martha. 1996b. "Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism". *International Organization* 50, no. 02: 325–47 (Mar.).
- Finnemore, Martha e Kathryn Sikkink. 2001. "Taking stock. The constructivist research program in international relations and comparative politics". *Annual Review of Political Science* 4: 391–416.
- Flores, Mario Cesar. 2019. Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, (Jul).
- Goldstein, Judith e Robert O. Keohane (Eds.). 1993. *Ideas and foreign policy. Beliefs, institutions, and political change*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- Hunter, Wendy. 2001. *Reason, culture, or structure? Assessing civil-military dynamics in Brazil*. In *Civil-military relations: new analytical perspectives*, editado por David Pion-Berlin: 36–58. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press.
- Jensen, Benjamin M. 2016. *Forging the sword. Doctrinal change in the U.S. Army*. California: Stanford University Press.
- Legro, Jeffrey. 2000. "The transformation of policy ideas". *American Journal of Political Science* 44, no. 3: 419–32 (July).
- Marques, Adriana A. e Alexandre Fuccille. 2015. "Ensino e pesquisa em defesa no Brasil: estruturação do campo e desafios". *Revista Brasileira de Estudos de Defesa* 2, no. 2: 57–73 (Jul./Dez.).
- Moura Neto, Julio Soares de. 2019. Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto. Rio de Janeiro (Jul).

Oliveira, Eliézer Rizzo de. 1994. *De Geisel a Collor. Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus.

Oliveira, Eliézer Rizzo de. 2009. “A Estratégia Nacional de Defesa e a reorganização e transformação das Forças Armadas”. *Revista Interesse Nacional* 2: 71–83 (Abr/Jun.).

Pereira, Mauro Cesar Rodrigues. 2019. Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, (Jun.).

Pivatto Jr., Dilceu Roberto. 2024. “A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008)”. Tese — Doutorado — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre.

Stepan, Alfred C. 1987. *Os militares: da abertura à Nova República*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Wendt, Alexander. 1987. “The agent-structure problem in International Relations theory”. *International Organization* 41, no. 3: 335–70 (Summer).

Wendt, Alexander. 2000 “On the via media: a response to the critics”. *Review of International Studies* 26, no. 1: 123–80 (Jan.).

Wendt, 2003. Alexander. *Social theory of international politics*. New York: Cambridge University Press.

Winand, Érica Cristina Alexandre. 2016. *Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). História e conjuntura na análise das relações com a Argentina*. São Paulo: Unesp.

Zaverucha, Jorge. 2000. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Zaverucha, Jorge. 2005. *FHC, Forças Armadas e política: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record.

NOTAS

1. O presente artigo deriva de uma pesquisa realizada pelo autor em seu estágio pós-doutoral, com bolsa de pós-doutorado financiada pela Fapesc, no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI/UFSC). A pesquisa para a elaboração deste artigo foi realizada com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).
2. Os militares tendem a produzir visões positivas sobre a atuação das Forças Armadas devido à própria imersão institucional destes nas estruturas burocráticas, revestidas de um controle hierárquico permanente.
3. A Biblioteca do Exército contém a coleção completa de um importante periódico do Exército: a revista *A Defesa Nacional*. A Biblioteca da Eceme conserva as monografias dos alunos-oficiais que cursaram os cursos de altos estudos militares da Eceme, assim como há também a Revista *Coleção Meira Mattos: revista de Ciências Militares*. E, por sua vez, a Biblioteca do Clube Militar contém a coleção completa de outro periódico relevante: a *Revista do Clube Militar*.
4. Lembrando que a Ecemar está localizada dentro da Unifa e que ambas bibliotecas, cada uma, disponibiliza uma parte das monografias produzidas pelos alunos-oficiais dos cursos de altos estudos militares da Ecemar, bem como é possível consultar os artigos da coleção completa da *Revista da Unifa*. Por se tratar de instituições de ensino e de realização de pesquisas envolvendo estudos estratégicos e, por vezes, sigilosos, para se ter acesso a estes espaços é necessário obter uma autorização prévia com agendamento.
5. Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019.
6. Ver a estrutura organizacional da Marinha em www.marinha.mil.br/estrutura-organizacional.
7. Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1990-1992), Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.
8. *Ibidem*.
9. O C-PEM “[...] é o curso de mais alto nível que o Capitão-de-Mar-e-Guerra faz e as faixas de atendimento do curso variam, podem ser de início de posto ou poderiam ser no final do posto, isso variava conforme a determinação da Marinha. Cursando o C-PEM [o aluno se candidata] a ser selecionado para a promoção de oficial-general.” Entrevista realizada com o ex-Chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do EMA (2000-2003), Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

10. Entrevista realizada com o ex-Comandante da Marinha do Brasil (2007-2015), Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto. Rio de Janeiro, 16 de julho de 2019.
11. *Ibidem*.
12. Entrevista realizada com o ex-Ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.
13. Entrevista realizada com o ex-Chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003), Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS MILITARES: ACERVOS PARA O ESTUDO DO PENSAMENTO MILITAR

RESUMO

No Brasil, os arquivos históricos militares e as bibliotecas militares são potenciais espaços para a realização de pesquisas e produção de conhecimento nas Ciências Humanas. Neste sentido, a proposta deste artigo consiste em apresentar e problematizar a utilização destes espaços militares de pesquisa aos pesquisadores e pesquisadoras das Humanidades, bem como identificar os documentos e acervos disponíveis nestes espaços, com ênfase nos locais de pesquisa da Marinha brasileira. Para isso, diferentes fontes de pesquisa foram apresentadas em sintonia com as instituições militares e burocracias especializadas que promovem os debates e que produzem os documentos de defesa nacional. Na elaboração deste artigo foram utilizadas algumas entrevistas realizadas com ex-Ministros e ex-Comandantes da Marinha do Brasil, com o propósito de melhor compreender as dinâmicas de formulação do pensamento militar brasileiro. Entende-se que os arquivos históricos militares e as bibliotecas militares preservam e fornecem uma variedade de fontes que além de revelarem o pensamento militar brasileiro, também ampliam as possibilidades de novas abordagens nos estudos de defesa no Brasil.

Palavras-chave: Arquivos Históricos Militares; Bibliotecas Militares; Pensamento Militar; Estudos de Defesa.

ABSTRACT

In Brazil, military historical archives and military libraries are potential spaces for carrying out research and producing knowledge in Human Sciences. In this sense, the purpose of this article consists of presenting and problematizing the use of these military research spaces for Humanities researchers, as well as identifying the documents and collections available in these spaces, emphasizing the research sites of the Brazilian Navy. To achieve this, different sources of research were presented in line with military institutions and specialized bureaucracies that promote debates and produce national defense documents. In preparing this article, some interviews were used with former Ministers and former Commanders of the Brazilian Navy, with the purpose of better understanding the dynamics of the formulation of Brazilian military thought. It is understood that military historical archives and military libraries preserve and provide a variety of sources that, in addition to revealing Brazilian military thought, also expand the possibilities of new approaches to defense studies in Brazil.

Keywords: Military Historical Archives; Military Libraries; Military Thought; Defense Studies.

Recebido em 30/01/2025. Aceito para publicação em 19/09/2025.